

GT 2 – Formação Profissional e Docente em Secretariado

EVASÃO NOS CURSOS DE SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

Ivanete Daga Cielo

Unioeste, ivadcielo@hotmail.com

Fernanda Cristina Sanches-Canevesi

Unioeste, fernandacsanches@gmail.com

Carla Maria Schmidt

Unioeste, carlamariaschmidt@hotmail.com

Kessy Brendalee Tolentino

Unioeste, kessy-brendalee@hotmail.com

Resumo: A evasão de acadêmicos no ensino superior tem se tornado um problema que afeta a educação brasileira, impactando tanto às instituições de ensino superior, quanto a sociedade de modo geral. Isso porque, a evasão propicia o desperdício de recursos, gera subaproveitamento do capital humano, além de que, por não ter se graduado, o aluno não oferece o retorno esperado à sociedade. Assim sendo, com base em aporte teórico da área da Educação, a presente proposta busca contribuir com essa discussão na área de Secretariado Executivo. Para tanto, esse estudo objetiva investigar o cenário de evasão de alunos de graduação nos cursos de Secretariado Executivo no país, bem como, identificar as causas da evasão de estudantes do curso de Secretariado Executivo da Unioeste. Para atingir os objetivos, a pesquisa foi desenvolvida a partir de dados secundários do Censo da Educação Superior (INEP/MEC) entre os anos 2012 a 2017 e ainda, de dados primários obtidos com alunos evadidos do Curso de Secretariado da Unioeste. Os principais resultados apontam para uma evasão média de 45% nos distintos cursos de Secretariado do país e de um cenário de retração da oferta de vagas e de cursos na área. Em relação as causas da evasão na Unioeste, constatou-se que aspectos externos a instituição - vinculados em sua maioria a insatisfação com as perspectivas do mercado de trabalho para a área secretarial - exercem significativa influência na decisão de evadir-se do curso.

Palavras-Chave: Secretariado Executivo. Evasão. Ensino superior.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observa-se um progressivo crescimento no número de Instituições de Ensino Superior (IES) no país, gerando um aumento de oferta de vagas para curso de graduação nas mais diversas áreas de conhecimento. Aliado à abertura de novas IES, observa-se também a criação de políticas públicas que visam o fomento ao ingresso no ensino superior.

Em 2005, por exemplo, foi instituído, o Programa Universidade para Todos (ProUni), uma iniciativa do MEC que concede bolsas de estudos totais ou parciais em cursos de graduação em todas as modalidades em instituições de ensino superior privadas. Além do ProUni, outra ação visando o fortalecimento e expansão do ensino superior foi a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que teve, entre outros objetivos, criar novos cursos de graduação e ampliar o acesso e a permanência na educação superior (BRASIL, 2017).

O desenvolvimento de políticas de acesso à educação superior é de fundamental importância no atual cenário econômico do país, pois incentivam os jovens a buscarem no

ambiente acadêmico a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Para Bardagi e Hutz (2012) em uma economia marcada pela competitividade e necessidade de habilidades e competências avançadas, a conclusão de um curso superior representa cada vez mais o mínimo necessário para competir no mercado de trabalho, conseguir emprego e garantir um padrão básico de vida. Igualmente, representa aos jovens uma forma privilegiada de ascensão social e realização profissional.

Entretanto, o esforço em expandir o ensino superior no Brasil esbarra em problemas relacionados, principalmente, aos altos índices de evasão de estudantes nos cursos de graduação, nas mais distintas áreas do conhecimento. Scali (2009) e Furtado e Alves (2012) definem evasão como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, e consideram que esta pode ser considerada a maior fragilidade do ensino superior do país. Dados do INEP/MEC (2015) apontam que 49% dos alunos que ingressam nos cursos superiores não o concluem, índice elevado e que gera, de acordo com Pereira (2003) prejuízos sociais e privados às IES, ao aluno, à sociedade, à família e às políticas públicas voltadas para a educação superior.

Muito embora a evasão seja um problema que afeta indistintos cursos de graduação, no presente estudo investiga-se a evasão de alunos nos cursos graduação em Secretariado Executivo. A opção por esse recorte analítico justifica-se em função de que, os dados apresentados pelo INEP/MEC (2015), apontam que para os cursos de Secretariado Executivo, além da elevada proporção de evasão, tem-se também problemas em relação ao não preenchimento das vagas ofertadas, e ainda, ao fechamento de cursos, o que pode comprometer o futuro da profissão. Segundo Kotler e Fox (1994), a manutenção de alunos é crucial para as instituições de ensino, pois são eles a razão de ser das IES.

Os cursos de Secretariado Executivo, implantados no país no final da década de 1960, passaram por um significativo processo de crescimento, tanto em relação a oferta de novos curso e turmas como também em relação ao perfil, atribuições, regulamentações e reconhecimento pelo mercado de trabalho. Entretanto, elevados índices de evasão podem se tornar um percalço ao desenvolvimento e manutenção da profissão. Em adição a isso, observa-se uma lacuna nos estudos científicos da área, no sentido de compreender o processo de evasão dos acadêmicos de secretariado executivo.

Diante dessa realidade, o presente estudo objetiva investigar o cenário de evasão de alunos de graduação nos cursos de Secretariado Executivo no país, bem como, identificar as causas da evasão de estudantes do curso de Secretariado Executivo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Assim, no intuito de um entendimento maior sobre esse panorama, a questão norteadora para a pesquisa é: Como se dá a evasão acadêmica da área de Secretariado no país e quais são as principais causas do abandono de alunos no curso de Secretariado Executivo da Unioeste? Assim delineado, considera-se que identificar e compreender o processo de evasão nos cursos de Secretariado Executivo, pode ser de grande relevância na elaboração de planos para circunscrever essa fragilidade da área no país, e consequentemente contribuir com a melhoria da formação profissional.

A partir da investigação de elementos que possam responder à questão norteadora, o presente estudo está estruturado em cinco partes centrais. Além desta introdução, na segunda parte uma contextualização acerca da evasão no ensino superior brasileiro, bem como causas levantadas por pesquisadores em estudos já realizados sobre o tema em outras áreas são apresentadas. Na terceira parte apresentam-se os métodos de pesquisa utilizados. Os resultados obtidos são encontrados na quarta parte. As conclusões e as referências constituem a parte final do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

Uma das principais dificuldades encontradas no tocante a expansão e, principalmente, ao fortalecimento do ensino superior no Brasil está relacionada com o alto índice de evasão de estudantes nos cursos de graduação, nas mais distintas áreas do conhecimento, configurando-se como um problema de política pública no país.

Para Silva Filho *et al.* (2007) e Prim e Fávero (2013), a evasão é um problema que atinge as distintas IES, sejam públicas ou privadas e até mesmo o cenário internacional, afetando os resultados dos sistemas educacionais, além de propiciar desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. Conforme Baggi e Lopes (2010, p. 356) a evasão “é um problema que vem preocupando as instituições de ensino em geral”.

Isso porque, a interrupção do ciclo de estudos inicia-se muitas vezes precocemente, antes mesmo que os indivíduos cheguem ao ensino superior. Dados do IBGE (2015) apontam que 1 a cada 4 brasileiros entre 15 e 17 anos abandona os estudos anualmente. Dos cerca de 10 milhões de jovens existentes no país com essa faixa etária, 1,5 milhão de jovens sequer se matricula no início do ano letivo. Apenas 8,8 milhões de jovens matriculam-se e desse total, outros 0,7 milhão abandonam a escola antes do final do ano letivo. Como resultado dessa elevada evasão, apenas 59% do total concluem a educação média. Nesse sentido, é pertinente mencionar a afirmação de Fini (2016, p. 1) de que “é preciso haver uma conexão entre a educação básica e a de nível médio para ampliar as oportunidades de acesso à educação superior”.

Em relação ao acesso à educação superior, cabe salientar que, de acordo com Sguissardi (2008) e Oliveira (2009) a partir do final da década de 1990 e início dos anos de 2000 o país passou por um significativo processo de expansão do ensino superior, impulsionado, inicialmente, pelo predomínio de políticas voltadas ao setor privado, e, posteriormente, com a formulação de políticas para o setor público. Dentre as políticas de expansão do ensino superior, tem-se a criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em 1999; o Programa “Universidade para Todos” (PROUNI) em 2005; o Programa “Universidade: Expandir até ficar do tamanho do Brasil” em 2006; a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2006, possibilitando o acesso à educação superior, por meio da Educação à Distância (EaD); e o “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” (REUNI) em 2007, direcionados à expansão das universidades. Como consequência desse conjunto de políticas, de acordo com Santos Júnior e Real (2017), o quantitativo de acadêmicos matriculados em cursos de graduação presenciais elevou-se de modo significativo, obtendo um crescimento de aproximadamente 248,17% entre os anos de 1991 a 2010.

Entretanto, embora exitosas quanto a oferta de vagas e expansão do ensino superior no país, essas políticas não foram capazes de assegurar a permanência do aluno no ensino superior. Na Tabela 1 é possível observar que nos anos de 2013 a 2017, mesmo com o aumento do número de IES, cursos e matrículas o quantitativo de concluintes permanece relativamente baixo.

Tabela 1 - Número de IES, cursos, matrículas e concluintes.

Ano	Número de IES	Número de cursos	Matrículas	Concluintes
2017	2.448	35.380	8.286.663	1.199.769
2016	2.406	34.366	8.048.701	1.169.449
2015	2.363	33.501	8.027.297	1.150.067
2014	2.367	32.878	7.828.013	1.027.092
2013	2.390	32.049	7.305.977	991.010

Fonte: Sinopse do Ensino Superior – 2013; 2014; 2015; 2016; 2017 (BRASIL, 2018).

De acordo com Lobos (2012), a sequência de medidas que visavam incentivar a expansão da educação superior, aliada a promulgação da nova LDB em 1996 propiciou o aumento no número de IES, de cursos e de alunos, no entanto não possibilitou a redução da evasão. Para o autor, a evasão educacional no Brasil assume um caráter de “*continuum*” e as políticas educacionais parecem não darem conta de resolverem a problemática, uma vez que os dados de evasão permanecem elevados.

Entretanto, a evasão não se configura como uma problemática recente da educação superior brasileira. De acordo com Braga, Peixoto e Bogutchi (2003) estudos sobre essa temática iniciaram ainda na década de 1980, antes mesmo da expansão da educação superior no país. Porém, caracterizavam-se por levantamentos estatísticos e estudos de casos realizados através de iniciativas do MEC e de universidades públicas, sem a pretensão, na maioria das vezes de gerar conhecimentos sobre o assunto de maneira que intervenções pudessem ser realizadas.

A partir de meados de 1995 esforços foram empreendidos pelo Ministério da Educação Superior (MEC), através da Secretaria de Educação Superior (SESU), que, em conjunto com as Universidades Brasileiras, iniciaram estudos de forma sistemática objetivando mapear e identificar as causas da evasão. Para essa finalidade, o MEC constituiu, em 1996, uma comissão denominada de Comissão Especial para Estudo da Evasão na Universidade Brasileiras, que desenvolveu um abrangente estudo sobre a temática, visando identificar as causas e propor soluções para a evasão (MEC, 1996). Além disso, esse estudo buscou constituir uma metodologia adequada para ser utilizada nas distintas instituições, reunindo um conjunto significativo de dados sobre o desempenho das universidades brasileiras quanto aos índices de diplomação, retenção e evasão dos estudantes de seus cursos de graduação, tornando-se, assim, um marco para o estudo nacional da evasão no ensino superior (ADACHI, 2017).

Em termos conceituais, de acordo com o MEC (1996), evasão é compreendida como saída definitiva do aluno do seu curso de origem sem conclusão. Para Costa (2005) a evasão pode ser definida como a saída do estudante da universidade ou de um de seus cursos, de maneira definitiva ou temporária, por qualquer motivo, financeiro, econômico ou social, exceto a diplomação (COSTA, 2005). Complementarmente, para Hirye, Higa e Altoé (2016), a evasão ocorre quando o aluno deixa de frequentar a instituição de ensino, caracterizando-se tal situação como abandono

Entretanto, cabe inferir que, para o MEC (1996) existem três modalidades principais de evasão nas IES Brasileira, sendo elas, a evasão de curso, da instituição e do sistema. A evasão do curso ocorre quando o acadêmico se desvincula do curso superior em situações diversas, tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), ou mesmo exclusão do curso por norma institucional. “É aquela que o aluno muda de curso, mas permanece na mesma instituição de ensino” (PRIM; FÁVERO, 2013, p. 57). A evasão da instituição consiste no desligamento do acadêmico da instituição na qual está matriculado, ou seja, quando o acadêmico muda de instituição. Já, a evasão do sistema é aquela que ocorre quando o estudante abandona o ensino superior (BRASIL, 1997). Em relação a evasão do sistema, de acordo com Lobo (2012) essa pode ser considerada um dos mais sérios

problemas de um sistema educacional, requerendo, para isso de políticas públicas eficazes. “Nessa modalidade evasão todos perdem: além dos próprios alunos evadidos, os professores, as IES e todos os que nelas trabalham, quem os financia e a sociedade como um todo, pois compromete o desenvolvimento de um país” (LOBO, 2012, p. 39).

Sobre essas modalidades de evasão, cabe mencionar que o presente estudo não tem a pretensão de ater-se a apenas a uma ou outra forma, mas tratar a evasão de forma ampla. Para tanto, considera-se pertinente a definição de Abbad, Carvalho e Zerbini (2006, p. 02), que a conceitua como a “desistência definitiva do aluno em qualquer etapa do curso”.

Em relação aos fatores que contribuem para a evasão, de acordo com o MEC (1996), esse podem ser agrupados em três grandes categorias: a) fatores externos as instituições, composto por um conjunto de questões que abordam aspetos como o mercado de trabalho, reconhecimento social na carreira escolhida, desvalorização da profissão, dificuldade de acompanhar as evoluções tecnológicas e conjunturas econômicas; b) fatores individuais dos estudantes, composto por questões a exemplo de personalidade e habilidade com o curso escolhido, formação escolar anterior, escolha precoce da profissão, reprovação, baixa frequência e dificuldades de adaptação ao ensino superior; c) fatores internos da instituições, compreendendo aspectos tais como falta de clareza sobre o projeto pedagógico do curso, questões didático-pedagógicas, problemas estruturais das IES e inexistência de mecanismos de apoio estudantil.

Diversos estudos corroboram com o postulado pelo MEC (1996). Hirye, Higa e Altoé (2016) explanam que dentre os fatores que causam a evasão estão as metodologias inadequadas utilizadas pelos docentes e a falta de preparo desses; os problemas sociais enfrentados pelos alunos e ainda a falta de investimento público. Para além dos apresentados, de acordo com Silva (2013) alguns dos motivos pelos quais alunos evadem do ensino superior seriam: a falta de perspectiva na carreira, o baixo nível de comprometimento com o curso, a baixa participação em atividades acadêmicas, a falta de apoio familiar, instalações precárias e o baixo desempenho escolar como as principais justificativas da evasão no ensino superior.

Adachi (2017) acrescentam, aos aspectos supracitados, outros enfrentamentos que o estudante perpassa para ingressar e concluir o ensino superior, a exemplo da organização dos currículos; hierarquia socialmente estabelecida entre os diferentes tipos de diplomas concedidos pelas universidades; dificuldades encontradas pelos estudantes para responder às exigências dos professores; competências voltadas para as tarefas intelectuais efetivamente conquistadas antes da entrada na universidade e a aspectos concorrentes, como casamento e filhos, especialmente para estudantes do sexo feminino.

Estudo realizado por Schargel e Smink (2002) categoriza a evasão em cinco grandes grupos: as causas econômicas, sociais, psicológicas, organizacionais e interacionais. Essas categorias são objeto de estudo de diversos autores que se debruçam na tentativa de melhor elucidar as causas da evasão, a exemplo de Prim e Fávero (2013). Essas categorias podem ser melhor visualizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias das causas da evasão.

Categorias	Qualificações das causas	Exemplos
Psicológicas	Comportamento dos indivíduos	Reprovação sucessiva, falta de apoio familiar, imaturidade, rebeldia e desinteresse pelo estudo
Sociológicas	Influência pelo meio social	Falta de orientação vocacional, deficiência da educação básica, imposição familiar, casamento e filhos
Organizacionais	Influência da instituição sobre o indivíduo	Insatisfação e/ou desconhecimento da metodologia do curso, concorrência de outras IES, estrutura e corpo docente
Interacionais	Interação entre colegiado e alunos	Ausência de interação com a IES, mudança de endereço, exclusão social e bullying
Econômicas	Relação econômica- financeira	Falta de perspectiva profissional, horário de trabalho incompatível, desemprego e problemas financeiros

Fonte: Adaptado de Schargel e Smink (2002); Prim e Fávero (2013).

Entretanto, para além das categorias das causas da evasão, Gaioso (2005) chama a atenção para o fato de que não há causas isoladas para a evasão, mas sim, que um motivo se associa a outro. Ou seja, tanto o estudante (questões pessoais, falta de aptidão, habilidade, maturidade, reprovações sucessivas, falta de interesse pela carreira ou estudo) quanto as condições econômica-sociais (dificuldade financeira e falta de perspectivas de trabalho) e a própria universidade (professores, ausência de laços afetivos, metodologias inadequadas), entre outros, podem ser fatores propulsores a evasão. De modo geral, esses pontos podem exercer influência sobre o quantitativo de acadêmicos que frequentam o ensino superior.

Ainda nesse contexto cabe apresentar o pensamento de Tinto (1993) apud Martins (2007), o qual afirma que quando o aluno percebe que os benefícios advindos do curso superior em formação são maiores do que os custos, ele tende a permanecer na instituição e prosseguir nos estudos. Caso contrário, as chances de abandono de curso são potencializadas.

Ademais, o abandono de um curso superior, de acordo com Baggi e Lopes (2010), pode fomentar nos jovens sentimentos como desmotivação, frustração e sensação de fracasso, prejudicando inclusive, a conclusão de estudos futuros desse aluno. Para os autores, esse sentimento de fracasso é acrescido a pressões no âmbito familiar que vê na evasão a não concretização de uma vida melhor. No contexto social, a evasão afeta o desenvolvimento e a qualificação do país, refletindo em baixa qualificação dos trabalhadores, além de se tornar um fator propulsor ao aumento da desigualdade e desemprego. Ademais, por não ter se graduado, o aluno não oferece o retorno esperado à sociedade. Em relação às políticas públicas, a evasão pode ser um indicativo de falência de tais políticas e consequente necessidade de revisão do sistema educacional vigentes, uma vez que praticamente a metade dos alunos que ingressam no ensino superior não conclui seus cursos (BAGGI; LOPES, 2010; FURTADO; ALVES, 2012).

Além dos prejuízos causados para o aluno, a evasão afeta também as IES, independentemente da natureza jurídica, se pública ou privada. Isso porque, os prejuízos acarretados pela evasão dos estudantes significam perda de recursos, na medida que o investimento despendido com a contratação de professores, infraestrutura e recursos pedagógicos não são aproveitados em sua totalidade pelo estudante que evade (VELOSO; ALMEIDA, 2002; CERQUEIRA, 2003; FURTADO; ALVES, 2012).

De modo geral, os dados sobre a evasão levam a compreensão de que a disponibilidade de oportunidades educacionais não é suficiente para garantir melhorias nos resultados. Fatores externos, fora do controle das instituições, também devem ser levados em consideração para o melhor o engajamento dos jovens na formação educacional, e por consequência, para a melhoria da formação da geração atual e futura e ainda, para o desenvolvimento do país.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo pode ser classificado como de natureza qualitativa, de caráter predominantemente descritivo e interpretativo, cujas suposições baseiam-se na ideia de que a realidade social não existe em um sentido concreto, mas que é produto da subjetividade e das experiências dos indivíduos e das organizações. Sobre essa discussão, Triviños (2006, p.110) afirma que “[...] o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Para Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou ainda de estabelecimento de relações entre variáveis.

A análise aqui feita se dá em torno da evasão de acadêmicos dos cursos de Bacharelado em Secretariado Executivo no país, bem como, das principais causas dessa evasão no curso de Secretariado Executivo da Unioeste, a partir de um estudo de caso. Para tanto, os principais procedimentos de investigação foram realizados a partir de pesquisas bibliográficas sobre a temática, acrescida de coleta de dados secundários em relatórios do Ministério da Educação e Cultura – MEC/INEP – Sinopse da Educação Superior no período de 2012 a 2017 (os dados referentes a 2018 não foram publicados até o momento) e da elaboração de um estudo de caso com dados primários no curso de Secretariado Executivo da Unioeste, a partir da aplicação de questionários.

A opção pela fonte de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, se deu em função de que a Sinopse da Educação Superior é realizada anualmente e reúne informações sobre instituições de ensino superior, cursos de graduação, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes e informações sobre docentes nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa. Através desse conjunto de dados foi possível a realização de uma avaliação, ao longo do tempo, do comportamento do objeto de investigação, qual seja, a evasão no curso de Secretariado Executivo.

Paralelo a isso, com o intuito de identificar os fatores propulsores à evasão nos cursos de Secretariado Executivo, elaborou-se um estudo de caso, de cunho exploratório, tendo como objeto de estudo, o curso de Secretariado Executivo da Unioeste, Campus de Toledo. A escolha desse construto metodológico deu-se em função de que, de acordo com Yin (2010), o estudo de caso possibilita a investigação de fenômenos contemporâneos dentro de um contexto de vida real, com o objetivo de explorar o fenômeno.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa junto ao sistema de gestão acadêmica da Unioeste, chamado “ACADEMUS”, a fim de identificar o quantitativo de alunos evadidos do curso. Entretanto, dada a dificuldade de acesso ao contato de alunos evadidos, optou-se por realizar a pesquisa a partir de alunos ingressantes no período de 2015 a 2018. Para a totalidade de alunos evadidos no período, encaminhou-se um questionário, através da ferramenta *Google Docs*, com o intuito de investigar as razões que os levaram a evasão. Cabe destacar que se considerou para esse estudo todas as formas de evasão descritas pelo MEC (1996), isto é, evasão do curso, da instituição e/ou do sistema. Ademais, convém inferir que para o presente estudo mediu-se a evasão por meio das informações disponíveis no sistema de registro e controle acadêmico (ACADEMUS), considerando o número de ingressantes e concluintes durante o período estudado. É possível medir a evasão em uma turma pela comparação entre o número de ingressantes e o número de concluintes (SILVA FILHO *et al.*, 2007).

No que tange a análise dos dados, a estatística descritiva foi a forma mais utilizada. Para tanto, os dados coletados foram trabalhados e apresentados, de modo geral em gráficos, permitindo uma análise sobre o cenário da evasão nos cursos de Secretariado Executivo do Brasil, e especificamente, sobre as causas da evasão na Unioeste.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A EVASÃO NOS CURSOS DE SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL

A profissão de secretariado é relativamente recente. Conquanto, os primórdios da profissão secretarial datam da antiguidade, sedimentando a sua história sob a designação de escribas, sua regulamentação no Brasil veio somente em 30 de setembro de 1985, através da Lei n. 7.377 – posteriormente complementada pela Lei n. 9.261, de 10 de janeiro de 1996. Por meio dessa lei, o secretariado deixou de ser uma atividade e passou a ser uma profissão (SABINO; ROCHA, 2004). Já enquanto curso superior, os primeiros registros datam de 1969, quando da criação do curso na Universidade Federal da Bahia. Atualmente mais de uma centena de cursos de graduação em Secretariado são ofertados no país (INEP/MEC, 2015).

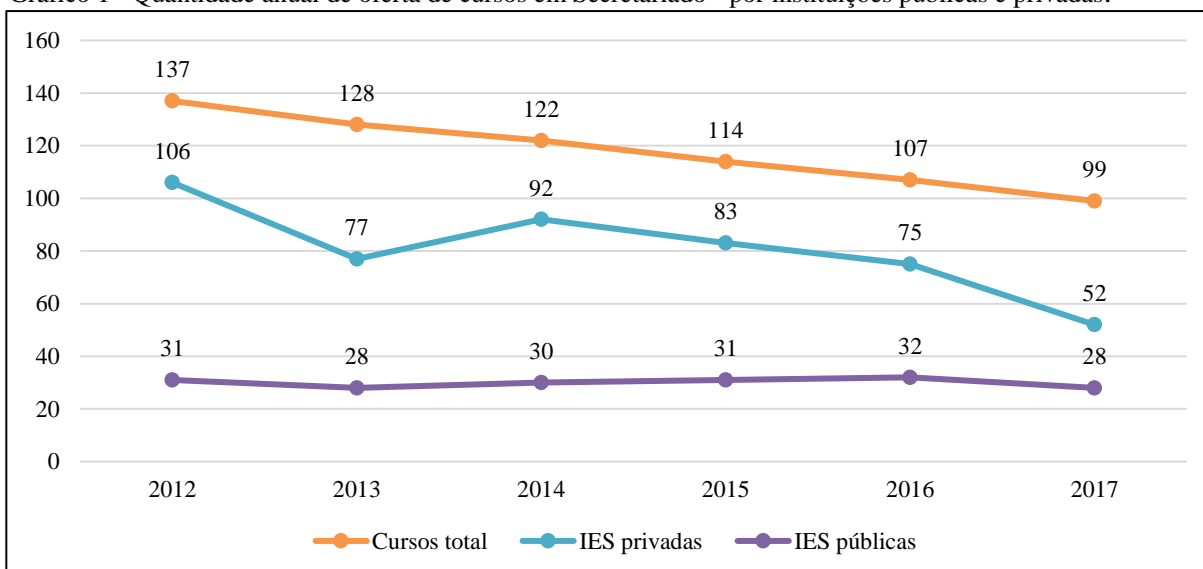
No entanto, mesmo com pouco tempo de existência, várias conquistas foram obtidas, o que fez com que a profissão fosse reconhecida e despertasse o interesse das IES em ofertar o curso. Dentre esses avanços pode-se mencionar o enquadramento sindical como categoria diferenciada; a criação da Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSEC); a publicação do Código de Ética Profissional no Diário Oficial da União; a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Secretariado Executivo; e a criação da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (FENASSEC, 2017).

Aliadas as conquistas enquanto categoria profissional, novas exigências do mercado de trabalho, também podem ser consideradas como fatores que contribuíram expressivamente para a expansão e o reconhecimento da profissão. Isso porque, o perfil de secretariado estabelecido pelas diretrizes curriculares aponta para um profissional, com condições de atuar enquanto assessor na gestão de negócios; como um colaborador que pensa estrategicamente na tomada de decisões; um profissional que lança mão de estratégias no exercício do suporte à liderança e na capacidade de solucionar conflitos, mostrando, também, aptidão nas relações interpessoais e no domínio das ferramentas de tecnologias informacionais, ou seja, um profissional ajustado às novas demandas de mercado (OLIVEIRA, SOUZA; MORALES, 2010; GALINDO, SOUZA; CARVALHO, 2012; CIELO, SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014).

Esse ajuste de perfil e atribuições às novas demandas do mercado foram fundamentais para a profissão, tanto é, que dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2013) apontam que a profissão de Secretariado Executivo ocupou a quarta posição em termos de criação de postos de trabalho entre 2009 e 2012, a partir da geração de 14.017 novos postos de trabalho no Brasil durante o período.

Em relação a oferta de cursos, os dados da Sinopse da Educação Superior (2012-2017) apontam para a existência, em 2017, de 99 cursos. Porém, cabe destacar que os relatórios não fazem distinção sobre a natureza dos cursos (se tecnólogo ou bacharelado), bem como, sobre a forma de oferta (se presencial ou a distância). No Gráfico 1 pode-se observar os dados em relação a oferta de cursos de Secretariado por instituições.

Gráfico 1 - Quantidade anual de oferta de cursos em Secretariado - por instituições públicas e privadas.

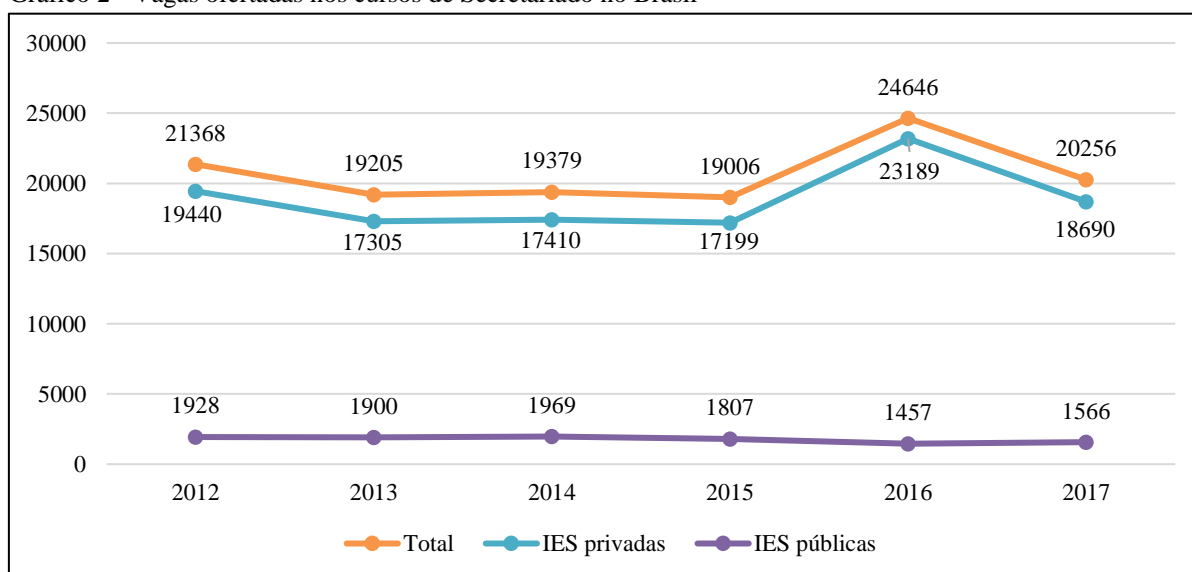


Fonte: os autores com base em INEP (2018).

Os dados apresentados no Gráfico 1 apontam para a redução linear na oferta de cursos nos últimos anos, processo que atingiu diversas instituições, em decorrência principalmente, da vasta oferta de opções de cursos superiores, da expansão da educação a distância e de eventuais problemas sócio-econômico-financeiros, uma vez que o decréscimo (27,73%) na oferta atingiu tanto as IES de caráter público quanto as privadas, embora nas IES privada esse decréscimo foi bem mais significativo, na ordem de 50,94%. De acordo com o Ministro da Educação Mendonça Filho (2017), a crise econômica vivida pelo país nos últimos anos, aliada a redução da renda e recessão, levaram à desaceleração no ensino superior.

Paralelo a redução de cursos, o quantitativo de oferta de vagas para a área de Secretariado, em ascensão em 2016, também reduziu no último ano, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Vagas ofertadas nos cursos de Secretariado no Brasil



Fonte: os autores com base em INEP (2018).

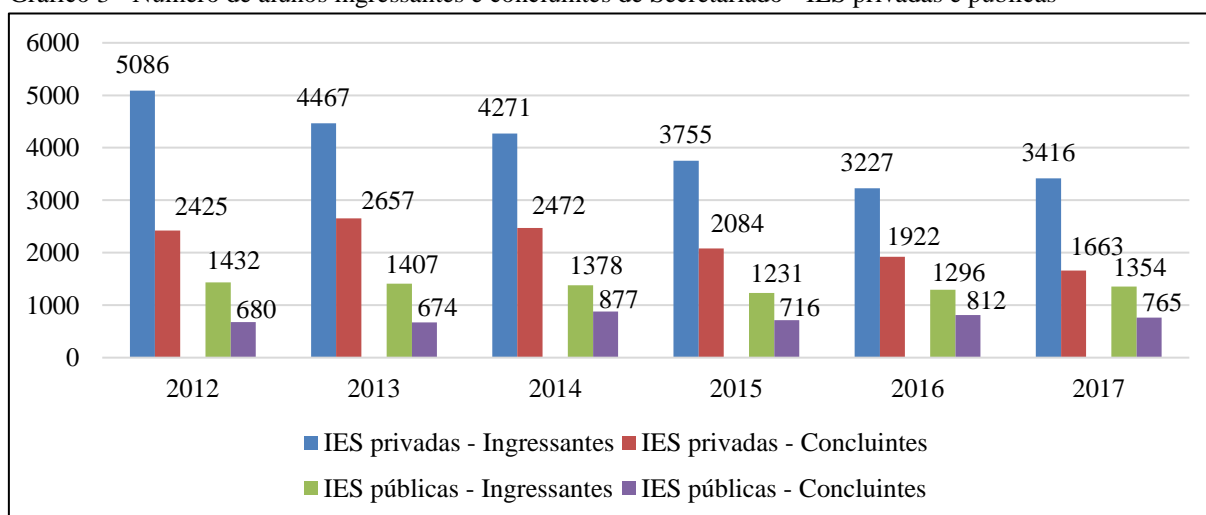
Em 2017 foram ofertadas 20.256 vagas nos 99 cursos de Secretariado existentes no país, um decréscimo de apenas 0,52% no total de vagas no comparativo de 2012 a 2017. Esse ínfimo decréscimo pode ser creditado à expansão na oferta de vagas na educação à distância, modalidade que cresceu no país a uma taxa de 20% do grupo de alunos ingressantes de 2015 para 2016, por exemplo (INEP, 2017). Todavia, chama a atenção o fato de que, de 2016 para 2017, o número de vagas para os cursos de Secretariado Executivo reduziu 17,81%, o que requer um olhar atento da academia e das entidades de classes, pois pode apontar para um cenário de fragilidade da área.

Na sequência, investigou-se, a partir dos dados do Sinopse da Educação Superior, o aproveitamento das vagas ofertadas pelos cursos de Secretariado. No período em análise, observou-se que das 123.860 vagas ofertadas, apenas 32.320 foram ocupadas, representando uma taxa média de 26,09% de aproveitamento. Em análise comparativa, em 2016 de acordo com INEP (2017) das 7,8 milhões de vagas, apenas 33,5% foram preenchidas. No mesmo período, no caso dos cursos de Secretariado, das 24.646 vagas ofertadas, somente 4.523 foram preenchidas, o que representa uma taxa de 18,35% de aproveitamento, índice inferior à média nacional.

Em análise por natureza das IES, constatou-se que nos cursos de Secretariado ofertados por instituições públicas, o índice altera-se positivamente. Do total de 10.627 vagas ofertadas no período de 2012 a 2017, tem-se um aproveitamento de 76,2%. Para Fini (2018) a falta de interesse em ocupar as vagas amplamente oferecidas, deve-se ao fato de o jovem não identificar, na sua vontade, uma perspectiva desse ou daquele curso, além de apontar para a pouca eficiência do sistema e dos cursos.

Dando continuidade as análises dos dados da Sinopse da Educação Superior, analisou-se cenário de evasão dos cursos de Secretariado. Cabe inferir que para essa análise, considerou-se, como metodologia de cálculo de evasão apenas o quantitativo de ingressantes e concluintes no curso. Os dados obtidos podem ser visualizados no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Número de alunos ingressantes e concluintes de Secretariado - IES privadas e públicas



Fonte: os autores com base em INEP (2018).

Para os cursos de Secretariado, tem-se ao longo do período, uma evasão na ordem de 45,08%, índice inferior à média nacional, que para o ano de 2015 ficou em 49% (INEP/MEC, 2015). Em relação a evasão, a natureza da instituição parece ter inferência nula, uma vez que o percentual de evasão em IES públicas (44,13%) e em privadas (45,4%) praticamente se iguala. Esse achado vem ao encontro com o que postulam Baggi e Lopes (2011, p. 356) quando afirma que a evasão “é um problema que vem preocupando as instituições de ensino em geral”.

Mesmo acompanhando o cenário nacional das distintas áreas de conhecimento, os dados apontam para um panorama de evasão constante e demasiadamente significativo nos cursos de Secretariado no país, o que demanda debates e ações concretas advindas do poder público e da própria academia secretarial, visando a permanência da qualificação do profissional em voga.

4.2 CAUSAS DA EVASÃO NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIOESTE

Acredita-se que a compreensão sobre as razões do abandono dos estudantes pode ser fundamental para o início da construção de ações rumo ao melhoramento da taxa de evasão atual existente. Nesse sentido, investigaram-se as causas desse evento, especificamente no curso da Unioeste, conforme apresentado a seguir.

O curso de Secretariado Executivo da Unioeste - Campus de Toledo, foi criado em 1986 pela Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato (FACITOL), visando atender as demandas existentes por profissionais capacitados para atuar no ambiente de empresas comunitárias que começavam a surgir em Toledo na década de 1980. Seu primeiro vestibular ocorreu no ano seguinte, em 1987.

Desde então, o curso de Secretariado Executivo vem ofertando 40 vagas anualmente, no período noturno e o seu ingresso se dá por meio da aprovação no vestibular da Unioeste (20 vagas) e através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) (20 vagas). O curso tem duração de quatro anos e, ao seu término, confere ao acadêmico o título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Visando acompanhar as mudanças do mercado de trabalho e alterações nas diretrizes curriculares, diversos ajustes foram realizados no Projeto Político Pedagógico (PPP), mudando, não somente disciplinas como o foco do curso. A partir de 2005, o PPP do curso passou a focar nas três áreas básicas de formação: secretarial, de comunicação e de administração, alterando a configuração inicial, de formação voltada à área de comunicação. Além do ensino, o curso desenvolve relevantes atividades de pesquisa e extensão, visando propiciar ao acadêmico um ensino de qualidade e uma sólida formação na sua área de atuação.

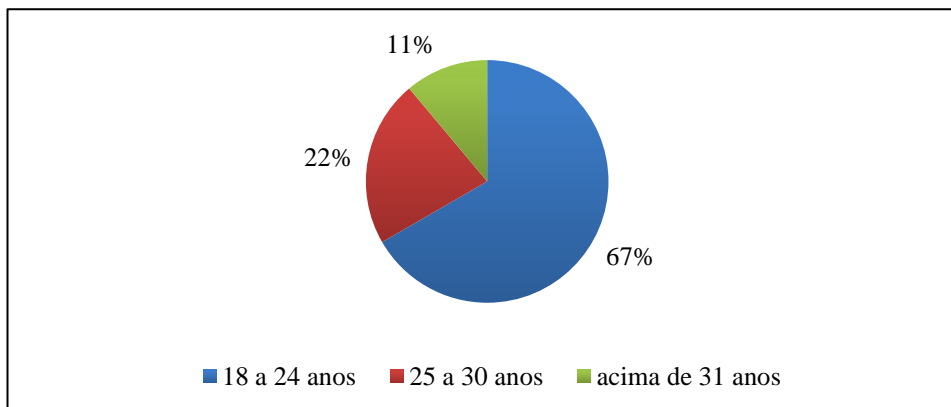
Desde a criação do curso, 19 turmas foram formadas, perfazendo um total de 816 profissionais formados. Entretanto, considerando a oferta de 40 vagas anuais e que acadêmicos ingressantes a partir de 2016 ainda não finalizaram seu ciclo formativo, o curso ofertou 1120 vagas, obtendo, portanto, uma taxa de evasão de 27,14%. Índice positivo, se comparado a média nacional, tanto para a área como para o ensino superior de modo geral.

A fim de obter dados mais específicos em relação a realidade do curso, investigou-se através do sistema “Academus” o total de acadêmicos ingressantes e evadidos do curso entre os anos de 2015 a 2018. Constatou-se que no período, 160 acadêmicos ingressaram no curso e 52 alunos se evadiram, apresentando uma taxa de evasão de 32,5%. Para esses alunos evadidos, aplicou-se um questionário visando identificar o perfil e os fatores propulsores a evasão. Do total de acadêmicos que abandonaram o curso, obteve-se respostas de 27 alunos evadidos, o que representa 51,9% de respondentes.

Inicialmente, objetivou-se traçar o perfil dos alunos evadidos. Assim, em relação a esse perfil, constatou que, apenas 14,8% são do sexo masculino e 85,2% são do sexo feminino, acompanhando, de certa forma o perfil do estudante de Secretariado Executivo e do estudante de ensino superior. De acordo com Bíscoli e Bilert (2013), a maioria dos acadêmicos de Secretariado é do gênero feminino. Dados do INEP (2017) também confirmam a predominância feminina no ensino superior, apontando que as mulheres são 55% dos estudantes ingressantes, 57% dos matriculados e 61% dos concluintes dos cursos de graduação do país.

Outro aspecto referente ao perfil diz respeito a idade dos alunos evadidos. Esses dados podem ser visualizados no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Idade dos alunos evadidos.



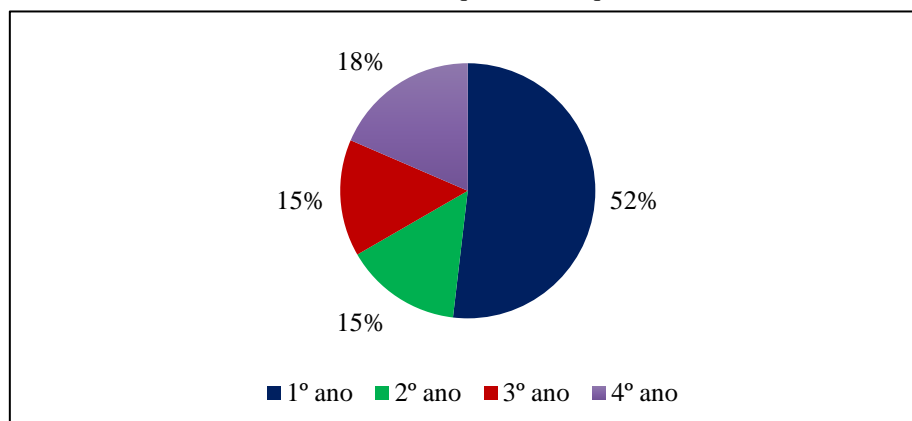
Fonte: dados da pesquisa (2019).

Em relação aos dados referente a idade dos evadidos, pode-se observar que quanto maior a faixa etária, menor o número de evadidos. De acordo com Schargel e Smink (2002) a idade interfere na decisão de desistir ou não, pois quanto maior, mais aumenta o nível de responsabilidade e compreensão sobre suas necessidades profissionais e sociais. Apesar dessa afirmação dos autores supracitados, chama a atenção o caso em análise, no qual 67% de jovens com idade entre 18 a 24 anos evadem, o que denota a urgente necessidade de reverter tal quadro, pois trata-se da evasão de jovens que necessitariam de formação. Dados da PNAD (2015) e do IBGE (2015) apontam que 52% dos brasileiros entre 19 e 25 anos estão fora da escola, ou não se dedicam como deveriam aos estudos e que 11,3 milhões de jovens não estudam nem trabalham no país, o que gera um prejuízo a toda a nação a curto e longo prazo.

Quanto a forma de ingresso, apesar de a grande maioria (81,2%) dos respondentes ter estudado em uma escola pública durante o ensino médio, apenas 40,8% dos evadidos ingressou na universidade por algum sistema de cota, ante 59,2% que declararam não integrar o grupo de cotistas. Tal achado, vem ao encontro das observações de Carriel e Lopes (2019), que igualmente constataram que alunos cotistas desistem menos que seus colegas não-cotistas. Nesse sentido, verifica-se que o plano de cotas destinado aos egressos de escolas públicas, possivelmente não impacta nos índices de evasão do curso de Secretariado Executivo, cujos estudantes costumam ser provenientes de rede pública de ensino, possivelmente pela falta de status social desse curso, conforme explicitado a seguir.

Além disso, os estudantes foram indagados sobre o período que cursavam quando tomaram a decisão de abandonar o curso, informação essa, constante no Gráfico 5.

Gráfico 5- Ano do curso de Secretariado Executivo que cursava quando houve o abandono.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Observa-se que a evasão significativa se dá no primeiro ano do curso (52%), reduzindo nas séries subsequentes. Tal achado está em consonância aos resultados de outros estudos desenvolvidos sobre a temática (SILVA FILHO *et al.*, 2007; LOBO, 2012; PRIM; FÁVERO, 2013), que igualmente apontam para maior incidência de evasão nas séries iniciais. De acordo com Silva Filho *et al.* (2007, p. 643) “a taxa de evasão no primeiro ano de curso é duas a três vezes maior do que a dos anos seguintes”.

Um segundo bloco de questões objetivou identificar os motivos pelos quais os respondentes haviam escolhido o curso de Secretariado Executivo. Para 22,2% dos respondentes, a escolha se deu após obterem informações sobre o curso em meios de comunicação, palestras, feiras de profissões ou visita à universidade, pois isso gerou identificação com o curso. Para 18,5% essa escolha foi em decorrência da influência dos pais e/ou amigos. Igualmente, 18,5% afirmaram gostar da área secretarial; e outros 18,5% expuseram que a escolha foi motivada pela baixa relação candidato/vaga no momento da inscrição do concurso vestibular/SISU. Apenas 7,5% declararam que a escolha do curso se deu em função das oportunidades do mercado de trabalho para os profissionais da área.

Em análise a esses dados, pode-se considerar que dentro dos múltiplos contextos em que ocorre o desenvolvimento vocacional, a influência do marketing do curso apresenta-se como o primeiro e o mais significativo, com incidências determinantes nas trajetórias vocacionais. Ademais, constatou-se que o mercado de trabalho parece exercer pouca influência na decisão dos jovens para a busca do ensino superior em Secretariado Executivo. Sobre esses aspectos, convém mencionar as constatações apresentadas nos estudos de Adachi (2017). Para a autora, a evasão ocorre com maior intensidade em cursos cuja relação candidatos vagas é baixa, como é o caso do curso em tela. Adachi (2017, p. 58) complementa afirmando que “essas graduações são de menor prestígio social e com pouca valorização no mercado de trabalho, tanto em relação a empregabilidade quanto a salários.”

Ainda, em relação à escolha do curso os dados demonstram que 66,6% dos estudantes estavam em dúvida no momento em que optaram pelo curso de Secretariado Executivo. Em relação a esse achado, aliado ao fato da influência que o marketing exerceu na escolha, acredita-se que esses evadidos, no momento da escolha podem ter levado em consideração fatores que eventualmente poderiam não condizer com a realidade do curso e por consequência não lhes proporcionar satisfação, impulsionando-os a evadir-se. Sobre esse aspecto, Cunha, Nascimento e Durso (2016) afirmam que normalmente os jovens pouco refletem se o curso que estão escolhendo estaria de fato relacionado à sua vocação, na medida em que as escolhas ocorrem baseadas na percepção de autoimagem que o estudante tinha do curso. “Assim, caso essa percepção não seja significativamente realista (o que é difícil acontecer, em razão da pouca

idade), há uma grande chance de a escolha mostrar-se inadequada face aos verdadeiros anseios do estudante” (CUNHA; NASCIMENTO; DURSO, 2016, p.157).

Na sequência, indagou-se os evadidos sobre ter conversado com outras pessoas, ou procurado auxílio antes de tomar a decisão. Do total de respondentes, 70,5% disseram que sim, conversaram com familiares e/ou amigos (52%) e com professores e/ou coordenador do curso (18,5%) antes de tomar a decisão. Outros 29,5% responderam que, tomaram a decisão sozinhos.

Por fim, investigou-se sobre as motivações que levaram os acadêmicos a se evadir do curso de Secretariado Executivo. Para tanto, utilizou-se como base do construto metodológico, as três dimensões estabelecidas pelo MEC (1996), que categorizam os fatores propulsores a evasão acadêmica, quais sejam: fatores externos às instituições/cursos, fatores individuais dos estudantes e fatores internos das instituições/cursos. As respostas dos acadêmicos do curso de Secretariado Executivo da Unioeste a essa questão estão dispostas no Quadro 2.

Quadro 2 – Fatores propulsores da evasão no curso de Secretariado Executivo da Unioeste.

Categorias	Fatores propulsores da evasão	Frequência (%)
Fatores externos as instituições	Insatisfação com a área secretarial/perspectivas do mercado	23
	Exercer atividade remunerada durante a graduação	15
	Baixo reconhecimento da profissão	10
	Mudança do local de residência (Estado)	6
Total da categoria		54%
Fatores individuais dos estudantes	Problemas familiares	12
	Mudança de curso (aprovação em outro curso superior)	10
	Dificuldades financeiras	6
	Maternidade ou paternidade	4
	Morar distante da IES	4
Total da categoria		36%
Fatores internos da instituição/curso	Insatisfação com a Instituição de Ensino Superior (IES)	8
	Insatisfação com o curso	2
Total da categoria		10%

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Em relação aos fatores que contribuem para a evasão no curso em tela, tem-se aqueles categorizados como externos as instituições com maior frequência (54%). Dentre esses, a insatisfação com a área escolhida é o aspecto que exerce maior influência na decisão de desistir do curso, opção apontada como decisiva para 23% dos respondentes. Sobre esse aspecto é pertinente mencionar a constatação de Adachi (2017, p. 87) ao afirmar que “mesmo que o estudante se sinta vocacionado para determinada profissão, ele tende a mudar de curso, em função das potenciais dificuldades profissionais por ele vislumbradas”.

Em relação a existência de potenciais problemas em relação a área de secretariado no que tange ao mercado de trabalho, Rodrigues *et al.* (2016), mencionam que muito embora a profissão tenha passado por um significativo processo de crescimento, evolução e ajuste de perfil profissional o reconhecimento deste profissional se apresenta em um processo lento. Isso não só impacta no desenvolvimento dos profissionais no mercado de trabalho, mas também na escolha dos jovens à formação de Secretariado Executivo, por saber que a profissão ainda não possui o adequado reconhecimento por parte das empresas. Tal resultado remete a reflexão de necessidade de ajustes e repensar da própria profissão por pesquisadores, instituições de ensino superior, entidades de classe e pelo próprio mercado de trabalho a fim de discutir as perspectivas e sanar eventuais falhas existentes no constructo da profissão.

Ainda, em relação aos aspectos externos a instituição que instigam a evasão, tem-se o fato de que exercer atividade remunerada durante a graduação, apresenta influência positiva na decisão de abandonar o curso. Isso pode ser justificado pelas exaustivas jornadas de trabalho a

que os acadêmicos são submetidos durante o dia, acrescido de aulas no período noturno, como é o caso do curso em questão, ofertado no período noturno. Essa dupla jornada, aliada a necessidade de realizações de atividades extraclasse parece acometer as chances de o estudante concluir o curso superior. Para Adachi (2017), há uma correlação direta entre alta incidência de evasão em cursos cujos acadêmicos necessitam trabalhar durante a sua formação.

Na sequência da análise dos fatores propulsores à evasão no curso de Secretariado Executivo da Unioeste tem-se aqueles categorizados como individuais dos estudantes (36%). Dentre eles destacam-se problemas familiares. Esses motivos podem ser entendidos como imprevisíveis, pelos quais o estudante inicia o curso sem a pretensão de que realmente esses problemas aconteçam, porém, ao acontecer, o estudante é impelido a evasão. Todavia, de acordo com Tigrinho (2008), muitas vezes o acadêmico utiliza-se desse argumento para justificar a desistência, enquanto, de fato não considera o estudo como prioritário. Ainda nesse bloco de fatores, vale destacar a evasão causada pela mudança de curso (10%), índice considerado aceitável, levando-se em consideração que apenas 44,4% afirmaram estar convictos da escolha pelo curso.

Como menos impactantes na decisão do aluno de evadir-se do curso, tem-se os fatores internos da instituição/curso, apontados como decisivos a evasão para 10% dos alunos pesquisados. Isso remete a ideia de um curso bem estruturado, com processos pedagógicos adequados a formação dos acadêmicos. Porém, não se pode desconsiderar o percentual, mesmo que ínfimo, que elenca problemas no curso e na IES como propulsores a sua evasão. Ainda, em relação a baixa influência de aspectos internos a IES/curso na evasão de alunos do curso de Secretariado Executivo da Unioeste, cabe inferir que este resultado se apresenta em discrepância com demais estudos sobre a evasão (LOBO, 2012; PRIM; FÁVERO, 2013; CUNHA; NASCIMENTO; DURSO, 2016) que apontam uma maior correlação entre as evasões e problemas internos dos cursos, bem como, das instituições de ensino superior.

Por fim, em relação as três categorias de análise, pode-se inferir que grande parte dos motivos da evasão se inter-relacionam e ainda, que as escolhas pessoais são influenciadas muito mais por fatores externos, que no caso do secretariado podem estar vinculadas a estigmas, a ausência de prestígio da profissão e a necessidade de trabalhar durante a formação superior, por exemplo, do que propriamente por deficiências em relação ao curso e a formação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do ensino superior ter se intensificado de forma significativa no Brasil nos últimos anos, altos índices relativos a evasão têm se tornado uma problemática crescente e um desafio às instituições de ensino e aos cursos superiores no país, uma vez que atinge, em média 50% dos estudantes do país. Assim, a temática merece atenção em todos os segmentos de ensino e modalidades, especialmente nos cursos com problema de demanda, de fechamento de cursos e de vagas ociosas a exemplo da área de secretariado, com vistas a discutir estratégias para permanência e êxito dos estudantes em suas trajetórias acadêmicas.

Isso porque, evasão, de modo geral, culmina num problema nacional devido às consequências para a sociedade como um todo: aos indivíduos por fazerem parte de contingente de cidadãos com má formação educacional, e por consequência, com dificuldades tanto na esfera pessoal, pois a baixa escolaridade pode comprometer a consciência de direitos e deveres quanto profissional, por encontrarem limitações para assumir cargos que exigem formação acadêmica; e à nação, por não conseguir os índices de desenvolvimento de sua população, tanto social quanto econômica. Assim, é fundamental portanto, que os fatores que influenciam na incidência e na manutenção de tais problemas em ambiente escolar sejam diagnosticados e tratados para que cada vez mais jovens concluam a educação superior.

No caso dos cursos de Secretariado Executivo, a evasão de acadêmicos (45%) é sensivelmente inferior à média nacional (49%), porém igualmente preocupante. Gerada principalmente por jovens, que desistem antes mesmo de completar o primeiro ano do curso, tem como principal motivação fatores externos à instituição e ao curso, a exemplo de insatisfação com a necessidade de trabalhar durante o período de graduação. A necessidade de trabalho pode estar vinculada ao cenário econômico de recessão vivenciado país, porém, àqueles ligados a insatisfação com a área, requerem uma atenção especial. Afinal: não há vagas para os profissionais? Não são valorizados enquanto categoria social? São mal remunerados? Não possuem força política representativa? Enfim, são questões que demandam profunda investigação e análise da academia, órgãos representativos, sindicatos e das empresas concedentes das vagas a fim de construir coletivamente políticas para reversão desse quadro.

Outro conjunto de fatores propulsores à evasão, no caso em estudo, refere-se àqueles inerentes a problemas do próprio aluno, questões pessoais e familiares, ter o curso como segunda opção de carreira e problemas de ordem financeiro ocupam a segunda colocação quando a temática é evasão. Por fim, o conjunto de alunos evadidos, afirmam que problemas com a IES e com o curso pouco impactaram na decisão de abandonar o curso. Tal achado difere de constatações de outros estudos realizados (PRIM; FÁVERO, 2013; ADACHI, 2017), em que problemas com a IES e o curso, interferem com maior intensidade na evasão.

Todavia, os dados da pesquisa apontam que não é possível saber com certeza, a quem culpar especificamente pela evasão escolar, uma vez que nesse contexto surgem inúmeros atores envolvidos direta e indiretamente. Sabe-se que a evasão é um fenômeno complexo, portanto, de difícil resolução, pois ela advém de diferentes fatores e leva a distintos problemas, independente de IES, forma de ingresso e região. Mesmo assim, é uma questão urgente e necessária, à vista da dimensão e da importância que a formação de nível superior assume hoje no Brasil.

Não obstante serem relativamente semelhantes os problemas causados pela evasão, bem como os seus aspectos propulsores no curso de Secretariado Executivo da Unioeste aos demais curso de Secretariado no Brasil, o presente estudo não autoriza a generalização das conclusões a que se chegou. É possível que alguns dos resultados encontrados sejam peculiares apenas ao universo estudado.

Em termos de contribuição, entende-se que esse estudo possa abrir discussões relativas à manutenção da profissão, na medida que a evasão demasiada pode ocasionar o fechamento de cursos e por consequência, retração na profissão. Como agenda futura, espera-se desenvolver estudos sobre os fatores motivadores em maior escala, abarcando não apenas alunos evadidos, como também os gestores dos diversos curso de Secretariado do país. Isso porque, reduzir as taxas de evasão, evitar os desperdícios, tanto do ponto de vista social quanto do financeiro, e aumentar a quantidade de alunos formados na área, devem ser pauta intermitente de discussão no âmbito do secretariado do ensino superior do país.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G.; CARVALHO, R. S.; ZERBINI, T. Evasão em curso via internet: explorando variáveis explicativas. **RAE eletrônica**. v.5, n.2, São Paulo, jul./dez, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482006000200008. Acesso em: 25 mar. 2019.

ADACHI, A. A. **Evasão de estudantes de cursos de graduação da USP – Ingressantes nos anos de 2002, 2003 e 2004**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2017.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP. v. 16, n.2, p. 355-374, 2010.

BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. Rotina acadêmica e relação com colegas e professores: Impacto na evasão universitária. **Psico**, v. 43, n. 2, 174-184, 2012.

BÍSCOLI, F. R. V.; BILERT, V. S. S. A evolução do Secretariado Executivo: caminhos prováveis a partir dos avanços da pesquisa científica e dos embates teóricos e conceituais na área. **Revista Expectativa**, v. 12, n. 12, 2013.

BRAGA, M. M.; PEIXOTO, M. do C. L.; BOGUTCHI, T. F. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso de UFMG. **Avaliação: Revista de rede de avaliação institucional da educação superior**. Campinas, v. 8, n. 3, p. 161-189, set. 2003.

BRASIL. **Lei Nº 9.261, de 10 de janeiro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9261.htm. Acesso em: 02 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 maio 2017.

CARRIEL, P.; LOPES, J. M. Cotistas desistem menos, mas se formam mais tarde. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <https://www.enemvirtual.com.br/cotistas-desistem-menos-mas-se-formam-mais-tarde/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

CERQUEIRA, T. C. S. Evasão do curso de Pedagogia da UnB: A interpretação do aluno evadido. In: III CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE PSICOLOGIA CONSTRUINDO A PSICOLOGIA BRASILEIRA. 3., 2003, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2003, p. 282-283.

CIELO, I. D.; SCHMIDT, C. M.; WENNINGKAMP, K. R. Secretariado Executivo no Brasil: Quo Vadis? **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 3, p. 49, 2014.

COSTA, R. M. da. **Evasão no ensino superior privado – como podemos evitá-la?**. 2005. Disponível em: <http://abmeseduca.com/?p=3411>. Acesso em: 28 abr. 2019.

CUNHA, J. V. A. da; NASCIMENTO, E. M.; DURSO, S. de O. Razões e influências para a evasão universitária: um estudo com estudantes ingressantes nos cursos de Ciências Contábeis de instituições públicas federais da região sudeste. **Advances in Scientific and Applied Accounting**. São Paulo v.9, n.2 p. 141 – 161, Maio. / Ago., 2016.

FENASSEC – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS SECRETÁRIAS E SECRETÁRIOS. **Profissão Secretariado**. Disponível em: <https://www.fenassec.com.br/crethtml>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FINI, M. I. **Baixa ocupação de vagas remanescentes revelada pelo Censo da Educação Superior inspira nova política do MEC para as universidades federais**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

FURTADO, V. V. A.; ALVES, T. W. Fatores determinantes da evasão universitária: uma análise com alunos da Unisinos. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 10, n. 2, p. 115-129, 2012

GAIOSO, N. P. de L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GALINDO, A. G.; SOUZA, E. C. P.; CARVALHO, I. da C. Competências declaradas para atuação do profissional de secretariado executivo sob a perspectiva dos acadêmicos da Universidade Federal do Amapá. **Revista Expectativa**, v. 1, n. 11, p. 9-30, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRYE, E. S.; HIGA, N.; ALTOÉ, S. M. L. **Diversidade educacional: uma abordagem no ensino da matemática na EJA**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 abr. 2019

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira - Ministério da Educação e Cultura . **Censo da Educação Superior**. 2015. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 05 mai. 2019.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior 2009-2012**. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura. Brasília: Ipea, 2013.

KOTLER, P.; FOX, K. F. A. **Marketing estratégico para instituições educacionais**. São Paulo: Atlas, 1994.

LOBO, M. B. C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2012.

MARTINS, C. B. N. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior**. (Dissertação) Mestrado Profissional de Administração - Fundação Pedro Leopoldo, Confins/MG, 2007.

MEC. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **Avaliação: Revista de rede de avaliação institucional da educação superior**. Campinas, v. 1, n. 2, p. 55-65, dez.1996.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados**. 2017. <http://e-mec.mec.gov.br>. Acesso em 23 abril 2019.

MENDONÇA FILHO, J. **Número de novos alunos em cursos superiores presenciais cai em 2016**. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/numero-de-novos-alunos-em-cursos-superiores-presenciais-cai-em-2016>. Acesso em: 25 jun. 2019.

OLIVEIRA, F. B. de. **Desafios da educação**: contribuições estratégicas para o ensino superior. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

OLIVEIRA, R. A.; SOUZA, J. T. de.; MORALES, R. N. **Indicadores do perfil pessoal que tipificam estudantes do curso de secretariado executivo ingressantes no IFMT em 2010**. http://www.fenassec.com.br/xviii_consec_2012. Acesso em: 12 maio 2019.

PEREIRA, J. T. V. **Uma contribuição para o entendimento da evasão**: Um estudo de caso. São Paulo: UNICAMP, 2003.

PRIM, A. L. FÀVERO, J. D. Motivos da evasão escolar nos cursos de ensino superior de uma faculdade na cidade de Blumenau. **E-Tech: Tecnologias para competitividade Industrial**, Florianópolis, n. Especial Educação, p. 53-72, 2013.

RODRIGUES, A. A. *et al.* Empregabilidade profissional: o secretariado executivo em foco na amazônia setentrional. **Revista de Gestão e Secretariado -GeSec**, São Paulo, v. 7, n. 3, p 66-95, set./dez. 2016.

SABINO, R. F; ROCHA, F. G. **Secretariado**: do escriba ao web writer. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

SANTOS JUNIOR, J. da S.; REAL, G. C. M. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 385-402, jul. 2017

SCALI, D. F. **Evasão nos Cursos Superiores de Tecnologia**: a percepção dos estudantes sobre seus determinantes. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SCHARGEL, F. P; SMINK, J. **Estratégias para Auxiliar o Problema de Evasão Escolar**. Rio de Janeiro: Dunya, 2002.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. Soc.** [online]. 2008, v.29, n.105, p. 991-1022.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641- 659, set./dez. 2007.

SILVA, G. P. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Avaliação** (RAIES – Revista da Avaliação da Educação Superior), Campinas e Sorocaba/SP, v. 18, n. 3, p. 311-333, 2013.

TIGRINHO, L. M. V. Evasão Escolar nas Instituições de Ensino Superior. **Revista Gestão Universitária**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=com>. Acesso em: 04 mai. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas. 2006.

VELOSO, T. C. M. A; ALMEIDA, E. P. **Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá: Um processo de exclusão.** Cuiabá, MT: UFMT, 2002.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4ª ed. Porto Alegre/RS: Bookman; 2010.